



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4001769-72.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Contratos Bancários**
 Requerente: **MATIAS APARECIDO ROMANO**
 Requerido: **Banco Santander (Brasil) S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

MATIAS APARECIDO ROMANO ajuizou ação contra BANCO SANTANDER (BRASIL) S. A., alegando, em resumo, que promoveu a abertura de uma conta corrente para recebimento de salários que seriam pagos por sua empregadora, CCDH Centrau's Comércio e Distribuição de Hortifrutigranjeira Ltda., e na mesma data houve contratação de um crédito rotativo (cheque especial) no limite de R\$ 3.290,00. No entanto, o sócio de sua empregadora, Disnei Carlos Valério, fraudou documentos, contando com a desídia do banco, por omissão de conferência, e passou a movimentar a conta, sem autorização ou conhecimento do autor, promovendo saques, depósitos, empréstimos e operações diversas, resultando em saldo devedor que o banco transferiu para crédito vencido e também cheques não emitidos por ele e que foram devolvidos, culminando com anotação do nome em cadastro de devedores e protestos, causando enorme constrangimento. Pediu a condenação do réu à exclusão imediata do nome em cadastro de devedores, a suspensão da publicidade de protestos, a declaração de inexigibilidade dos cheques emitidos fraudulentamente e dos contratos bancários, bem como indenização por danos materiais e morais.

Indeferiu-se o adiantamento da tutela.

Citado, o réu não contestou o pedido.

É o relatório.

Fundamento e decidido.

À falta de contestação, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor, com a consequência jurídica do acolhimento do pedido (Código de Processo Civil, artigo 319).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Por efeito da revelia, presumem-se verdadeiros os fatos articulados, especialmente sobre não ter sido o autor o responsável pela movimentação da conta e ter o réu contribuído para a produção do resultado danoso, mediante omissão na conferência dos documentos então apresentados e na movimentação da própria conta. Por isso a dispensa das atividades probatórias postuladas a fls. 82/84 pelo autor.

Houve alegação expressa de que o autor não firmou os cheques levados a débito na conta, inexistindo impugnação do réu a respeito.

Destarte, não responde o autor pelos cheques sacados contra a conta aberta em seu nome, pois não eram de sua emissão.

Também não responde pelo saldo devedor decorrente da movimentação irregular, pois a ela não deu causa.

Em consequência disso, experimentou inegável constrangimento moral, pelo fato da anotação de seu nome em cadastro de devedores e também de protesto de cheques.

O dano moral, no caso, é presumido.

Em consequência da movimentação irregular e fraudulenta, que resultou na apropriação por outrem de recursos financeiros pertencentes ao autor, cumpre ao réu reembolsar o respectivo montante.

Pertence ao réu a responsabilidade integral pelo fato e pelos danos causados.

A propósito, é objetiva tal responsabilidade, regradada no Código de Defesa do Consumidor, sem exclusão do dever de indenizar, do artigo 14, § 3º, inciso II, do mesmo Código, pois descabe confundir o ato do terceiro fraudador com a culpa da própria instituição, por ineficiência ou fragilidade do sistema de segurança no serviço prestado.

A fraude foi cometida por terceiro contra o réu mas resultou prejuízo para outrem, o autor. Destarte, incumbe indenizar o dano e voltar-se contra aquele que o causou. Efetivamente é sua a responsabilidade, não apenas pela circunstância de explorar a atividade lucrativa e enfrentar suas consequências, como também pela circunstância, repita-se, de que o golpe foi praticado contra si.

A teoria do risco profissional funda-se no pressuposto de que o banco, ao exercer a sua atividade com fins de lucro, assume o risco dos danos que vier a causar. A responsabilidade deve recair sobre aquele que auferir os cômodos (lucros) da atividade, segundo o basilar princípio da teoria objetiva: “Ubi emolumentum, ibi onus” (Carlos Roberto Gonçalves, “Responsabilidade Civil”, Editora Saraiva, 6ª edição, página 250).

Lembra-se, também, o entendimento externado da Súmula 479 do Superior Tribunal de Justiça: *As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

De rigor restituir o dinheiro retirado indevidamente da conta, conforme se apurar na etapa de cumprimento de sentença, pois os autos não permitem concluir a respeito do montante.

Improcede o pedido de condenação do banco ao pagamento, a título de dano patrimonial, do valor correspondente aos cheques fraudados e devolvidos sem provisão de fundos e do valor das dívidas cobradas (item 3.1, fls. 12). Com efeito, na medida em que o autor não pagou esses valores, ou seja, não desembolsou essas quantias, é ilógico condenar o banco a reembolsar ou indenizar a título de dano patrimonial. O réu deve indenizar apenas os valores que o autor efetivamente desembolsou, vale dizer, retirados da conta.

A propósito, a exclusão de cadastro de devedores e de protestos somente pode atingir apontamentos feitos pelo próprio réu. Não pode ser este juízo decretar a inexigibilidade de cheques sacados em poder de terceiros, que estão em poder de terceiros, nem cancelar os respectivos protestos (por exemplo, fls. 49 e 52), pois a sentença produziria efeitos em desfavor de pessoas que não integram a relação processual e que não tiveram oportunidade de defender seus possíveis direitos. A sentença não pode ser executada contra quem não é parte na lide.

Cumpra reconhecer o constrangimento sofrido pelo autor, relativamente à averbação do nome em cadastro de devedores e também protestos.

A angústia e insegurança causados para o autor justificam o deferimento de verba indenizatória por dano moral, atendendo o duplo efeito da condenação, de minimizar o aborrecimento dele e punir-se o causador do dano.

A reparação pecuniária pelo dano moral, descartada a impossibilidade de qualquer equiponderância de valores, tem o sentido de compensar a sensação de dor da vítima com uma sensação agradável ao contrário (RT 650/63).

No entanto, constitui contradição pretender buscar uma perfeita equivalência econômica entre o dano e a quantia que for arbitrada a título de compensação ou satisfação simbólica, o que se mostra possível apenas no domínio dos danos patrimoniais (Antonio Lindbergh C. Montenegro, Ressarcimento de Danos, Âmbito Cultural Edições, 4ª edição, página 153).

A paga em dinheiro representa uma satisfação moral ou psicológica, neutralizando o sofrimento impingido. Mas não pode significar um enriquecimento sem causa da vítima.

À falta de regulamentação legal, a estimativa é prudencial (TJSP, Ap. 113.190-1, 2ª C., j. 28.11.89, Rel. Des. Walter Moraes, RT 650/63).

É razoável estabelecer a indenização em R\$ 20.000,00.

Diante do exposto, acolho os pedidos apresentados por MATIAS APARECIDO ROMANO contra BANCO SANTANDER (BRASIL) S. A..

Decreto a exclusão do nome do autor, de cadastros de devedores, no tocante a apontamentos registrados por iniciativa do réu nos sistemas SPC, SERASA e BACEN.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Declaro inexigíveis, de parte do réu, perante o autor, os cheques emitidos em nome do autor, relacionados a fls. 41/42, e os contratos identificados na petição inicial, item 4.2.1.2, de fls. 13.

Condeno o réu a reembolsar para o autor os valores atinentes a cheques e movimentação bancária que não sejam de sua autoria e que tenham sido debitados, com correção monetária e juros moratórios, estes contados da data da citação inicial, conforme se apurar na etapa de cumprimento da sentença.

Condeno o réu a pagar para o autor indenização por dano moral, do valor de R\$ 20.000,00, com correção monetária a partir desta data e juros moratórios à taxa legal, contados da época da citação inicial.

Responderá o réu pelas custas e despesas processuais, bem como pelos honorários advocatícios do patrono do autor, fixados em 10% do valor da condenação.

P.R.I.

São Carlos, 03 de abril de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França
 Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**